



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO		
<b>OBJETO DA LICITAÇÃO:</b>		
<b>AQUISIÇÃO DE PULVERIZADORES, FERRAMENTAS E SIMILARES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIVEIRO MUNICIPAL.</b>		
<b>VALOR ESTIMADO:</b>		
<b>R\$ 194.683,57</b> (cento e noventa e quatro mil, seiscientos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos).		
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO / PORTAL DE LICITAÇÕES:</b>		
<a href="https://www.licitanet.com.br/">https://www.licitanet.com.br/</a>		
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	<b>NOTA DE EMPENHO</b>	
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	PRAZO DE ENTREGA	
<b>SIM (EXCETO NO ITEM 04)</b>	<b>20 Dias</b>	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL
<b>Menor Valor por Item</b>	<b>Aberto</b>	<b>SIM</b>
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	E-MAIL	TELEFONE
<a href="https://ouopretodooeste.ro.gov.br/">https://ouopretodooeste.ro.gov.br/</a>	<a href="mailto:dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br">dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br</a>	<b>69 99388-8742 (apenas msg)</b>
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO		<b>23/06/2026</b>
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (BRASÍLIA-DF)		<b>09 H</b>

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

<b>ANEXO I</b>	<a href="#">Termo de Referência</a>
<b>ANEXO II</b>	<a href="#">Declarações (Modelo Unificado).</a>
<b>ANEXO III</b>	<a href="#">Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital</a>

**1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES**

**1.1.** O Termo de Referência (Anexo I) constitui parte integrante e indissociável deste Edital, prevalecendo suas especificações técnicas, critérios de aceitação, quantitativos e demais condições em caso de divergência interpretativa, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**1.2.** A descrição completa do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, critérios de aceitação, metodologia de execução e demais condições da contratação, encontra-se detalhada no Termo de Referência (Anexo I), o qual integra este Edital para todos os fins.

**1.3.** A licitação será dividida em lotes e/ou itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes e/ou itens forem de seu interesse.

**1.4.** As pesquisas de preços e estimativas de valor foram realizadas nos autos do processo administrativo, com base em critérios técnicos e fontes idôneas, sendo validadas pela Administração para fins de definição do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.** O edital se encontra a disposição no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no Portal da Transparência do Município ([ouopretodoeste.ro.gov.br](http://ouopretodoeste.ro.gov.br)) e no **Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**. A sessão pública será realizada através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) sendo considerado para todos os efeitos o **horário de Brasília – DF**. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

**1.6.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**1.7.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

**1.8.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos e conforme regras comerciais da plataforma.

**1.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento,** ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**1.10.** O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

**1.11.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima designada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Site Eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), por meio de Certificado Digital.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Para os itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 2.5.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 2.5.2.** A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, **está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.**
- 2.5.2.1.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos
- 2.5.3.** Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.
- 2.5.4.** Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, Microempreendedor Individual - MEI é uma modalidade de Microempresa – ME.
- 2.6. Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO), até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido,** nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025**, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.
- 2.6.1.** Conforme Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025: **“Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”**
- 2.6.2.** Nas licitações por **Sistema de Registro de Preço** ou por entregas parceladas, **a prioridade de aquisição será dos produtos das cotas reservadas**, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:**
- 2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de



**ESTADO DE RONDÔNIA**

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de materiais comuns, amplamente disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica, operacional ou vulto que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível sua execução por empresa(s) de forma individual, sem prejuízo à competitividade do certame.

**2.7.9.1.** A vedação fundamenta-se na desnecessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, bem como na ampla competitividade do setor, de modo que a participação individual das empresas é suficiente para assegurar a adequada execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

**2.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Apenas nos casos em que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.1.** Nos lotes e/ou itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote e/ou item;

**3.6.2.** Nos lotes e/ou itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1. Lance:** O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

edital:

**I – Valor unitário**, quando a adjudicação se der por item;

**II – Valor global**, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

**4.1.2. Marca/Fabricante do produto ofertado**, quando aplicável, vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item, salvo quando expressamente permitido no Termo de Referência;

**4.1.3. Descrição detalhada dos itens ofertados**, contendo todas as características necessárias à identificação do produto, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência; ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

**4.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro.

**4.5.** Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a carga tributária efetiva incidente sobre a contratação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adequada composição do preço ofertado.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**4.8.** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade dos produtos e promovendo, quando requerido, sua substituição, nos termos do edital e seus anexos.

**4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.10.** Os licitantes deverão observar, na formulação de suas propostas, os valores estimados da contratação constantes do processo administrativo, bem como os parâmetros de mercado aplicáveis ao objeto, sob pena de desclassificação das propostas manifestamente inexequíveis ou com sobrepreço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá ser compatível com os valores de mercado e com o orçamento estimado da contratação.**

**4.11.** O descumprimento das disposições deste edital e da legislação aplicável sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

**5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6.** O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital, observando-se:

**I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;**

**II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.**

**Parágrafo único:** *O descumprimento da forma de apresentação do lance poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando comprometer o julgamento objetivo ou inviabilizar a correta comparação entre as propostas.*

**5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR – Termo de Referência (Anexo I).

**5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

**5.12.** Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.1.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá solicitar ajuste ao licitante, no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte.** A intervenção ocorre exclusivamente após o encerramento da fase de lances, no momento da aceitação e julgamento da proposta, não interferindo na dinâmica da disputa competitiva.

**5.14.2.** O ajuste limita-se à adequação das casas decimais para fins de compatibilização com as regras de registro do sistema eletrônico e execução orçamentária, tratando-se de vício sanável que não altera a substância ou a exequibilidade da proposta.

**5.14.3.** O arredondamento é realizado exclusivamente para menos, o que preserva o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e não acarreta majoração do valor ofertado, respeitando a imutabilidade da proposta em desfavor da Administração, sendo o ato consignado pelo sistema na ata da sessão.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.2.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

**5.20.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.20.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais disponíveis;

**5.20.3.** Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

**5.20.4.** Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**5.20.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o Município licitante;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

**5.20.6.** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será realizado sorteio, de forma automática, pela plataforma eletrônica.

**5.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado da contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.21.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**5.21.4.** O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.21.5.** É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.22.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**6.2.** A consulta aos cadastros quanto aos eventuais impedimentos será verificada perante o **SICAF**, mantido pelo Executivo Federal. Caso esteja indisponível, poderão ser consultados outros sistemas cadastrais pertinentes, como **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, além de outros que estejam à disposição para consulta;

**6.2.1.** Poderá haver a substituição das consultas citadas no item **6.2**, pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**6.3.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

**6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

**6.7.1.** A adoção de parâmetro objetivo para identificação de indícios de inexequibilidade das propostas, especialmente o referencial de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

a viabilidade da execução contratual.

**6.7.2.** Tal parâmetro encontra respaldo em boas práticas administrativas e em regulamentos amplamente utilizados na Administração Pública, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que estabelece o referido percentual como indicativo de potencial inexecuibilidade, não como critério absoluto de desclassificação.

**6.7.3.** A utilização desse referencial visa conferir maior objetividade e segurança jurídica à atuação do agente de contratação, permitindo a identificação preliminar de propostas potencialmente incompatíveis com os custos de mercado, com o orçamento estimado e com as condições normais de execução do objeto.

**6.7.4.** Ressalta-se que o critério adotado não implica presunção absoluta de inexecuibilidade, constituindo apenas um indicativo para a realização de análise mais aprofundada, mediante diligência, em observância ao disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.5.** Nesse sentido, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, por meio da comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os valores ofertados e de que existem condições econômicas específicas que justifiquem o preço apresentado, tais como ganhos de escala, condições comerciais diferenciadas, estratégias de mercado ou outros fatores legítimos.

**6.7.6.** A adoção desse parâmetro também se justifica como medida de mitigação de riscos contratuais, especialmente aqueles relacionados à inexecução, à baixa qualidade do objeto fornecido, à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro indevido ou à rescisão contratual, situações que comprometem a eficiência administrativa e o interesse público.

**6.7.7.** Assim, o critério de 50% do valor estimado da contratação é adotado como ferramenta auxiliar de análise, compatível com o ordenamento jurídico vigente e com as boas práticas de governança nas contratações públicas, assegurando equilíbrio entre competitividade e exequibilidade.

**6.7.8.** Caso aplicável ao objeto da contratação, e quando houver decomposição de custos pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha de custos compatível com sua proposta final.

**6.7.9.** Quando aplicável à natureza do serviço contratado, o licitante poderá ser instado a demonstrar parâmetros de produtividade adotados, exclusivamente quando tais informações forem relevantes para a verificação da exequibilidade da proposta.

**6.7.10.** Nos casos em que o objeto envolver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando aplicável, deverão ser observadas as exigências específicas relacionadas à alocação de pessoal e composição de custos.

**6.8.** *Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. **Acórdão 465/2024 – Plenário**).*

**6.9.** Erros no preenchimento da proposta de preços ou planilha (quando for exigida) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7. DA FASE DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS**

**7.1. Disposições gerais**

**7.1.1.** A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.2.** As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

**7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**7.2.1.** Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em site eletrônico oficial;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

**7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**7.3.1.** Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

**7.3.2.** Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

#### **7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**7.4.1.** A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão.

a.1) Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

a.2) Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

a.3) A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

**7.4.2.** Nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação para fornecimento de bens comuns, com entrega imediata e de baixa complexidade, fica dispensada a exigência de balanço patrimonial, mantendo-se apenas a exigência de certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

**7.4.2.1.** A dispensa fundamenta-se na natureza do objeto (baixa complexidade); na inexistência de execução continuada; na entrega imediata e na redução do risco contratual. Dessa forma, a exigência de balanço patrimonial não se mostra necessária à verificação da capacidade do licitante, podendo restringir indevidamente a competitividade, em desconformidade com os princípios da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

#### **7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**7.5.1.** Não será exigida qualificação técnica por meio de atestados, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, sendo suficiente a comprovação por meio de documentos técnicos do produto.

**7.5.2.** Poderá ser exigida a apresentação de catálogos, fichas técnicas, manuais ou documentos equivalentes que comprovem o atendimento às especificações do objeto.

**7.6.** Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**7.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.8.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.9.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.10.** Não se aplica o disposto neste item, considerando que a participação de empresas em consórcio não é admitida neste certame, conforme item 2.7.9 deste edital.

**7.11.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

**7.12.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.13.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.14.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.15.** O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**7.16.** A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

**7.17.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.18.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.18.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.19.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.20.1.** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, podendo ser prorrogado mediante solicitação justificada do licitante e aceitação pelo Pregoeiro.

**7.20.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.21.** A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.21.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.21.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.22.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §4º):

**7.22.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.22.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.22.3.** Apresentação de documentos comprobatórios de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação da proposta, mas que, por erro ou falha material, não foram juntados inicialmente e sua apresentação posterior seja necessária para resguardar o interesse público (Acórdãos TCU nº 1211/2021 e nº 988/2022).

**7.23.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente responsável pela condução da licitação poderá sanar





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.24. O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.**

**7.24.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.**

**7.24.2.** Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

**7.25.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.26.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.27.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.28.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**7.29.** Os arquivos ref. a documentação de habilitação devem ser anexados na Plataforma de Licitações, preferencialmente, **no formato PDF (modo retrato) e SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

1	<b>PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.</b>
2	<b>ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR</b> , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a> .
3	<b>DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA</b> (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.</b>
5	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;</b>
6	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.</b>
7	<b>CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).</b>
8	<b>CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.</b>
9	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).</b>





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

<b>10</b>	<b>DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL)</b>
<b>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</b>	
Poderá ser exigida a apresentação de catálogos, prospectos, fichas técnicas, manuais ou documentos equivalentes que comprovem o atendimento às especificações do objeto.	

**OBS:** As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

**NOTA EXPLICATIVA**

- *Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*
- *Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

*Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.*

**8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação dos atos ou da lavratura da ata, quando esta substituir a intimação.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, conforme parametrização do sistema eletrônico utilizado.

**8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo município.





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso terá efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando versar sobre habilitação, julgamento das propostas ou outros atos cuja continuidade possa comprometer o resultado do certame, cabendo à autoridade competente avaliar a extensão do efeito suspensivo, quando aplicável.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação, ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado após encerrada a etapa competitiva;

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, quando exigida no Termo de Referência;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital ou Termo de Referência;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

**9.1.5.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada, adulterada ou deteriorada;

**9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.3.4.** Os danos causados à Administração Pública;

**9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**9.3.6.** A reincidência do infrator.

**9.4.** A multa será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, podendo, quando não for possível sua mensuração, incidir sobre o valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

**9.4.1.** A definição do percentual da multa observará a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração, a vantagem auferida pelo infrator e a proporcionalidade da sanção aplicada.

**9.4.2.** A multa moratória será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

**9.4.3.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.

**9.4.4.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.

**9.4.5.** A multa poderá ser:







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**9.4.5.1.** Descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

**9.4.5.2.** Descontada da garantia contratual, quando houver;

**9.4.5.3.** Cobrada administrativamente ou judicialmente.

**9.5.** As sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a natureza e a gravidade da infração.

**9.6.** A aplicação de quaisquer sanções administrativas assegurará o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**9.7.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**9.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável, inclusive à perda da garantia de proposta, quando houver previsão expressa no instrumento convocatório.

**9.11.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos, preferencialmente estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.13.** Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até o julgamento pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**9.15.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

**9.16.** Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações e intimações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município e, subsidiariamente, por meio eletrônico (e-mail) informado pelo licitante ou contratado, ou outro meio oficial adotado pela Administração.

**9.16.1.** Os endereços eletrônicos informados na proposta comercial serão considerados válidos para todos os efeitos legais, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações regularmente encaminhadas pela Administração.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados, na forma eletrônica, por meio do sistema de licitações utilizado pelo Município (<https://www.licitanet.com.br>), em campo específico.

**10.4.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional, devidamente motivada pelo agente de contratação, quando necessária à preservação da legalidade e da isonomia do certame.

**10.5.** Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a adequação do edital e, quando necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

**11.1.1.** Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública ou quando for anulada a própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

**11.1.2.** Identificação de erro na aceitação da proposta classificada em primeiro lugar;

**11.1.3.** Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;

**11.1.4.** Outras situações supervenientes que justifiquem a retomada da sessão, devidamente motivadas pelo pregoeiro.

**11.2.** Nos casos previstos neste item, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes serão convocados com antecedência por meio do sistema eletrônico utilizado na licitação, para acompanhar a sessão reaberta, sendo de responsabilidade dos licitantes o





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

acompanhamento das comunicações realizadas no referido sistema.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após a análise e decisão dos recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que deverá verificar a regularidade dos atos praticados, podendo:

- I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II – Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade;
- III – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificado; ou
- IV – Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

**12.2. Parágrafo único.** A adjudicação e a homologação somente serão realizadas após a verificação da regularidade do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**13. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO**

**13.1.** Após a homologação e adjudicação do certame, a contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** O adjudicatário será convocado para retirar, aceitar ou confirmar o **recebimento da Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

**13.3.** A convocação poderá ocorrer por meio eletrônico, admitindo-se confirmação por correio eletrônico institucional, sistema eletrônico oficial ou assinatura digital, nos termos da legislação aplicável.

**13.4.** A emissão da Nota de Empenho formaliza a contratação administrativa e implica:

- I – Constituição do vínculo jurídico entre as partes;
- II – Vinculação do contratado ao Edital, ao Termo de Referência, à proposta vencedora e à legislação aplicável;
- III – Obrigação de execução do objeto nas condições, prazos e especificações estabelecidos;
- IV – Sujeição às hipóteses de sanções administrativas, alteração e extinção da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**13.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

**14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

**14.1.** O fornecimento do objeto observará integralmente as condições, especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**14.2.** Os materiais deverão ser entregues de forma adequada, em perfeitas condições de uso, observadas as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora.

**14.3.** A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga, acondicionamento e entrega dos materiais, arcando integralmente com os custos operacionais necessários ao cumprimento da contratação.

**14.4.** Os materiais deverão ser entregues nos prazos estabelecidos no Termo de Referência e/ou na Nota de Empenho emitida pela Administração.

**14.5.** O recebimento dos materiais será realizado por servidor designado pela Administração, mediante verificação de conformidade com as especificações e quantitativos contratados.

**14.6.** As condições detalhadas de entrega, incluindo local, prazo, forma de recebimento, especificações técnicas e demais exigências, encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este Edital para todos os fins.



**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**15. DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** O fornecimento do objeto será acompanhado e fiscalizado por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Termo de Referência.

**15.2.** Compete ao(s) servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento da contratação, sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos:

**I** – Acompanhar e verificar a entrega dos materiais, observando a conformidade com o Termo de Referência, a proposta da contratada e a Nota de Empenho;

**II** – Verificar a qualidade, quantidade, especificações técnicas, acondicionamento e demais requisitos exigidos para o objeto;

**III** – Registrar ocorrências, falhas, irregularidades ou descumprimentos identificados durante a execução da contratação;

**IV** – Solicitar correções, substituições ou complementações necessárias ao adequado fornecimento dos materiais;

**V** – Atestar o recebimento do objeto para fins de liquidação e pagamento;

**VI** – Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, quando atendidas as exigências da contratação.

**15.3.** O acompanhamento exercido pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, regularidade, adequação e cumprimento das obrigações assumidas.

**15.4.** A contratada deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração, bem como adotar as medidas corretivas eventualmente determinadas para regularização do fornecimento.

**16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas no Termo de Referência e na respectiva Nota de Reserva Orçamentária, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração.

**17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**17.1.** A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na Nota de Empenho e na legislação aplicável.

**17.2.** O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação de documento fiscal válido, devidamente atestado por servidor responsável pelo recebimento e acompanhamento da contratação.

**17.3.** Para fins de pagamento, a contratada deverá manter as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na contratação, conforme legislação aplicável.

**17.4.** O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**17.5.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta corrente de sua titularidade, observados os procedimentos administrativos e financeiros da Administração Municipal.

**17.6.** Eventuais glosas, retenções ou suspensões de pagamento poderão ocorrer nas hipóteses de descumprimento da contratação, irregularidades no fornecimento do objeto ou inconsistências na documentação apresentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

**17.7.** As condições detalhadas de liquidação e pagamento, incluindo prazos, documentação exigida e demais



**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

requisitos, encontram-se estabelecidas no Termo de Referência.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

**18.1.** As obrigações da contratada e da contratante encontram-se detalhadamente estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital para todos os fins legais.

**18.2.** A execução da contratação deverá observar integralmente as condições, prazos, especificações técnicas, quantitativos e demais exigências previstas neste Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e na Nota de Empenho.

**18.3.** Constituem obrigações da contratada, dentre outras previstas no Termo de Referência:

- I** – Fornecer os materiais em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas na contratação;
- II** – Responsabilizar-se pelo transporte, entrega, carga, descarga e demais custos necessários ao fornecimento do objeto;
- III** – Substituir, às suas expensas, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas;
- IV** – Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- V** – Cumprir as exigências de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e demais obrigações legais aplicáveis.

**18.4.** Constituem obrigações da contratante, dentre outras previstas no Termo de Referência:

- I** – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos na contratação;
- II** – Verificar a conformidade dos materiais fornecidos;
- III** – Comunicar à contratadas eventuais irregularidades verificadas no fornecimento;
- IV** – Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

**18.5.** Eventuais omissões ou dúvidas relativas à execução do objeto serão resolvidas pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A não apresentação das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.

**19.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**19.2.1.** Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou profissionais especializados, quando necessário.

**19.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário.

**19.4.** Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**19.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 40/2026**

**Processo Administrativo n. 1436/SEMINFRA/2026**

**19.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

**19.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**19.10.** Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos, prevalecerão aquelas constantes do Termo de Referência quanto às especificações técnicas do objeto, e as demais disposições do edital quanto às regras procedimentais.

**19.11.** *O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.*

**20. DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e dos atos dela resultantes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Ouro Preto do Oeste, junho de 2026.**

MANOEL HENRIQUE SANTOS DE SOUZA  
ASSESSOR ESPECIAL DA SEMINFRA







# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Edital de Pregão Eletrônico</b>	<b>40</b>	<b>03/06/2026</b>

ID: <b>1615189</b>	Processo	Documento
CRC: <b>F3DFBF20</b>		
Processo: <b>1-1436/2026</b>		
Usuário: <b>Selmo da Costa Simoura</b>		
Criação: <b>03/06/2026 08:26:23</b>	Finalização: <b>03/06/2026 08:30:02</b>	

MD5: **5374BB8C509B7524CEBB3756737A7038**

SHA256: **EB1F1AA4F14207914FAD602A0D12BF2B3AAB29CE019BFA27BF3FE2CE6A7B17C4**

Súmula/Objeto:

**Edital de Pregão Eletrônico - 40/2026.**

### INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	03/06/2026 08:26:23
----------	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS (URBANAS E RURAIS).	03/06/2026 08:26:23
---	---------------------


### ANEXOS

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA TR - 1436_2026	29/05/2026	1610265
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA ANEXO II -MODELO DEC.	29/05/2026	1610266
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA ANEXO III - MODELO PROPOSTA	29/05/2026	1610267

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	03/06/2026 08:36:09
--	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	03/06/2026 09:06:21
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1615189 e o CRC F3DFBF20.

**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer, de forma clara e objetiva, as condições, especificações e diretrizes que orientarão a contratação, em conformidade com a legislação vigente e os instrumentos de planejamento da Administração Pública.

**1.2.** A presente aquisição tem por objetivo atender às necessidades operacionais do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA, garantindo a continuidade das atividades de manutenção, limpeza, preparo de solo, irrigação, poda, conservação de áreas públicas e demais serviços correlatos desenvolvidos pela Administração Pública.

**1.3.** Os materiais e ferramentas a serem adquiridos deverão possuir qualidade compatível com as atividades a que se destinam, observando padrões mínimos de resistência, durabilidade, segurança e eficiência, considerando o uso contínuo e intensivo pelas equipes operacionais do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras.

**1.4.** Vale mencionar que a futura aquisição visa assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores, reduzir interrupções decorrentes da falta ou desgaste de ferramentas, otimizar a execução das atividades operacionais e promover maior eficiência na prestação dos serviços públicos essenciais desenvolvidos pelos departamentos da SEMINFRA.

**1.5.** Ademais aquisição deverá observar as especificações, condições de fornecimento, exigências técnicas e demais disposições constantes neste Termo de Referência e seus anexos, visando garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e o adequado atendimento do interesse público. observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, conforme abaixo especificado:

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
<b>Ficha: 381</b>						
<b>Unidade: 020801 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>						
<b>Funcional: 15.452.0021.2069.0000 - Manutenção dos Serviços Públicos</b>						
<b>Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO</b>						
<b>01</b>	040.086.010	AFIADOR MANUAL DE LÂMINAS, TIPO PEDRA ABRASIVA OU METÁLICO, INDICADO PARA MANUTENÇÃO DE 15 FERRAMENTAS DE CORTE, COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS PARA USO MANUAL AFIADOR MANUAL DE LÂMINAS, TIPO PEDRA ABRASIVA OU METÁLICO, INDICADO PARA MANUTENÇÃO DE FERRAMENTAS DE CORTE, COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS PARA USO MANUAL	UND	15	R\$ 40,53	R\$ 607,95
<b>02</b>	040.086.011	ANCINHO LEVE PARA JARDINAGEM, COM ESTRUTURA METÁLICA, DENTES RESISTENTES E CABO EM MADEIRA OU MATERIAL EQUIVALENTE, INDICADO PARA NIVELAMENTO E LIMPEZA DE SOLO	UND	10	R\$ 33,34	R\$ 333,40
<b>03</b>	040.078.004	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 20 LITROS, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA PARA	UND	20	R\$ 38,78	R\$ 775,60

**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

		TRANSPORTE				
<b>04</b>	040.061.015	CABEÇOTE DE CORTE PARA ROÇADEIRA, TIPO CARRETEL, COMPATÍVEL COM FIO DE NYLON, SISTEMA AUTOMÁTICO OU SEMIAUTOMÁTICO. <b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>	UND	600	R\$ 134,41	R\$ 80.646,00
<b>05</b>	040.061.015	CABEÇOTE DE CORTE PARA ROÇADEIRA, TIPO CARRETEL, COMPATÍVEL COM FIO DE NYLON, SISTEMA AUTOMÁTICO OU SEMIAUTOMÁTICO. <b>COTA EXCLUSIVA ME / EPP</b>	UND	200	R\$ 134,41	R\$ 26.882,00
<b>06</b>	040.061.013	CABO DE MADEIRA PARA FERRAMENTAS AGRÍCOLAS TIPO ENXADA, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,20 M	UND	130	R\$ 15,42	R\$ 2.004,60
<b>07</b>	030.190.001	CARRINHO DE MÃO COM CAÇAMBA METÁLICA GALVANIZADA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 45 A 50 LITROS, COM PNEU COM CÂMARA	UND	25	R\$ 240,84	R\$ 6.021,00
<b>08</b>	030.190.002	CARRINHO DE MÃO COM CAÇAMBA PLÁSTICA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 80 A 100 LITROS	UND	25	R\$ 293,00	R\$ 7.325,00
<b>09</b>	030.190.003	CARRINHO DE MÃO, ESTRUTURA METÁLICA REFORÇADA, CAÇAMBA METÁLICA COM CAPACIDADE ENTRE 50 E 65 LITROS, COM UMA RODA, PNEU COM CÂMARA OU MACIÇO	UND	10	R\$ 386,22	R\$ 3.862,20
<b>10</b>	040.055.070	ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE (PLÁSTICO DE ENGENHARIA OU METÁLICO), COMPATÍVEL COM MANGUEIRA DE 1/2 POLEGADA	UND	20	R\$ 6,70	R\$ 134,00
<b>11</b>	040.086.001	ENXADA AGRÍCOLA EM AÇO CARBONO, PESO APROXIMADO DE 2,5 LB, SEM CABO	UND	50	R\$ 64,30	R\$ 3.215,00
<b>12</b>	040.086.012	ENXADA LARGA, LÂMINA EM AÇO CARBONO, PESO APROXIMADO DE 1,5 LIBRA, COM CABO EM MADEIRA RESISTENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 145 CM	UND	20	R\$ 61,07	R\$ 1.221,40
<b>13</b>	040.086.013	ENXADA LARGA, LÂMINA EM AÇO CARBONO, PESO APROXIMADO DE 2,5 LIBRAS, COM CABO EM MADEIRA RESISTENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 145 CM	UND	20	R\$ 67,86	R\$ 1.357,20
<b>14</b>	040.086.009	FACÃO EM AÇO CARBONO, LÂMINA MÍNIMA DE 18 POLEGADAS, COM CABO	UND	20	R\$ 59,75	R\$ 1.195,00

**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

<b>15</b>	040.086.014	FACÃO PARA MATO, LÂMINA EM AÇO CARBONO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 12 POLEGADAS, CABO EM MATERIAL RESISTENTE (POLIPROPILENO OU MADEIRA)	UND	20	R\$ 34,38	R\$ 687,60
<b>16</b>	040.086.015	FACÃO PARA MATO, LÂMINA EM AÇO CARBONO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 20 POLEGADAS, CABO EM MATERIAL RESISTENTE (POLIPROPILENO OU MADEIRA)	UND	20	R\$ 36,36	R\$ 727,20
<b>17</b>	040.061.014	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA, DIÂMETRO ENTRE 2,4 MM E 3,0 MM, ROLO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 100 METROS	UND	250	R\$ 129,52	R\$ 32.380,00
<b>18</b>	040.086.008	FOICE AGRÍCOLA EM AÇO CARBONO, COM CABO	UND	25	R\$ 49,99	R\$ 1.249,75
<b>19</b>	040.086.004	LIMA CHATA 8 POLEGADAS, COM CABO	UND	45	R\$ 23,16	R\$ 1.042,20
<b>20</b>	040.086.016	LIMA CHATA PARA AFIAÇÃO, CONFECCIONADA EM AÇO DE ALTA DUREZA, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 8 POLEGADAS (200 MM), INDICADA PARA MANUTENÇÃO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS	UND	50	R\$ 23,16	R\$ 1.158,00
<b>21</b>	040.086.005	LIMA REDONDA PARA AFIAÇÃO DE CORRENTE DE MOTOSERRA 3/16"	UND	40	R\$ 15,54	R\$ 621,60
<b>22</b>	040.066.001	LUVAS DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADAS EM RASPA DE COURO OU MATERIAL EQUIVALENTE RESISTENTE, INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS E MANUSEIO DE FERRAMENTAS	UND	40	R\$ 22,73	R\$ 909,20
<b>23</b>	040.087.002	MANGUEIRA DE JARDIM FLEXÍVEL, CONFECCIONADA EM PVC REFORÇADO, DIÂMETRO MÍNIMO DE 1/2 POLEGADA, ROLO COM NO MÍNIMO 30 METROS, RESISTENTE À PRESSÃO E INTEMPÉRIES	UND	10	R\$ 105,52	R\$ 1.055,20
<b>24</b>	040.086.003	PÁ DE BICO Nº 3 EM AÇO CARBONO, COM CABO.	UND	50	R\$ 47,65	RS 2.382,50
<b>25</b>	040.086.017	PÁ DE BICO, LÂMINA EM AÇO CARBONO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 210 MM X 314 MM, COM CABO EM MADEIRA E EMPUNHADURA TIPO Y.	UND	20	R\$ 37,76	R\$ 755,20
<b>26</b>	040.086.018	PODÃO PARA PODA DE ALTURA, COM CABO LONGADO, LÂMINA EM AÇO E SISTEMA DE ACIONAMENTO MECÂNICO POR ALAVANCA OU CORDA	UND	06	R\$ 44,49	R\$ 266,94



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

<b>27</b>	040.086.002	RASTELO METÁLICO COM 22 DENTES, COM CABO	UND	100	R\$ 46,20	R\$ 4.620,00
<b>28</b>	040.086.019	REGADOR PLÁSTICO REFORÇADO, CAPACIDADE ENTRE 10 E 20 LITROS, COM BICO TIPO CRIVO REMOVÍVEL, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE	UND	15	R\$ 38,80	R\$ 582,00
<b>29</b>	040.086.020	SACHO OU ENXADINHA PARA JARDINAGEM, LÂMINA EM AÇO CARBONO, COM CABO EM MADEIRA OU MATERIAL EQUIVALENTE, INDICADO PARA CAPINA LEVE E MANEJO DE CANTEIROS	UND	15	R\$ 44,79	R\$ 671,85
<b>30</b>	040.086.021	SERROTE DE PODA, LÂMINA EM AÇO TEMPERADO, COM DENTES AFIADOS PRÓPRIOS PARA CORTE DE GALHOS, CABO ERGONÔMICO	UND	10	R\$ 66,47	R\$ 664,70
<b>31</b>	040.086.022	TESOURA DE PODA PROFISSIONAL, LÂMINA EM AÇO TEMPERADO, SISTEMA DE CORTE TIPO BYPASS, CABO ERGONÔMICO EMBORRACHADO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 8 POLEGADAS	UND	30	R\$ 49,23	R\$ 1.476,90
<b>32</b>	040.086.023	VASSOURA METÁLICA TIPO RASTELO, COM APROXIMADAMENTE 22 DENTES EM AÇO, ESTRUTURA RESISTENTE E CABO EM MADEIRA	UND	10	R\$ 49,33	R\$ 493,30
<b>33</b>	040.087.001	VASSOURA TIPO GARI, BASE MÍNIMA DE 40 CM, COM CABO DE MADEIRA	UND	100	R\$ 52,41	R\$ 5.241,00

**Ficha: 386**

**Unidade: 020801 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**Funcional: 15.452.0021.2069.0000 - Manutenção dos Serviços Públicos**

**Classificação: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

<b>34</b>	030.186.010	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS, RESERVATÓRIO EM MATERIAL RESISTENTE, COM SISTEMA DE BOMBEAMENTO MANUAL, MANGUEIRA E LANÇA DE APLICAÇÃO	UND	08	R\$ 264,76	R\$ 2.118,08
<b>TOTAL GERAL R\$</b>						<b>194.683,57</b>
<b>INTERVALO MIN. DE LANCES R\$</b>						<b>0,10</b>

**OBS:** A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**2. FUNDAMENTAÇÃO, DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Fundamentação**

**2.1.1** A presente contratação fundamenta-se na necessidade administrativa de assegurar condições adequadas para continuidade das atividades operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA, especialmente aquelas relacionadas aos serviços de limpeza urbana, conservação de áreas públicas, manejo agrícola, irrigação, preparo de solo, poda, roçagem, capina e demais atividades executadas pelas equipes operacionais do Município, considerando o desgaste natural dos materiais atualmente utilizados, a necessidade de reposição periódica das ferramentas operacionais e a manutenção contínua das frentes de trabalho desenvolvidas na zona urbana e rural.

**2.1.2.** A contratação observa os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, bem como às disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao dever de planejamento das contratações públicas, motivação dos atos administrativos e busca da proposta mais vantajosa para atendimento do interesse público.

**1.3.** A presente demanda decorre de necessidade administrativa efetivamente identificada no âmbito da SEMINFRA, relacionada à manutenção das condições operacionais necessárias ao adequado desempenho das atividades institucionais desenvolvidas pelas equipes do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras, cujas atividades possuem caráter contínuo, permanente e essencial à prestação dos serviços públicos executados pelo Município.

**1.4.** A contratação possui fundamento no Documento de Formalização da Demanda – DFD, na memória de cálculo elaborada pela unidade demandante, no levantamento das necessidades operacionais da Secretaria e no caráter contínuo das atividades desempenhadas pelas equipes operacionais do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras.

**1.5** A presente contratação insere-se no dever da Administração Pública de assegurar condições materiais adequadas para execução contínua, eficiente e segura dos serviços públicos, garantindo suporte operacional às equipes responsáveis pelas atividades institucionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA, evitando paralisações operacionais, comprometimento das frentes de trabalho e prejuízos à continuidade dos serviços públicos prestados à população.

**2.2 Descrição da necessidade**

**2.2.1.** A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA desenvolve, de forma contínua e permanente, atividades operacionais essenciais relacionadas à manutenção de áreas públicas, limpeza urbana, conservação de espaços públicos, manejo agrícola, produção de mudas, irrigação, preparo de solo, roçagem, capina, poda e demais serviços executados pelas equipes operacionais do Município.

**2.2.2.** Nesse contexto, as atividades desempenhadas pela Secretaria demandam utilização constante de ferramentas e materiais operacionais adequados, considerando a natureza contínua dos serviços públicos executados tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município.

**2.2.3.** No âmbito do Viveiro Municipal, as atividades desenvolvidas estão diretamente relacionadas à produção e ao manejo de mudas de café, cacau e espécies hortifrutíferas, exigindo utilização permanente de ferramentas destinadas ao preparo de solo, irrigação, manutenção de canteiros, poda, limpeza, movimentação de substratos, transporte de insumos e manejo das áreas produtivas.

**2.2.4.** Além disso, as ações executadas no Viveiro Municipal possuem relevante função de apoio às atividades agrícolas desenvolvidas no Município, circunstância que exige condições operacionais adequadas para manutenção da produção, organização dos espaços de cultivo e continuidade das atividades desempenhadas pelas equipes responsáveis pelo setor.





**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**2.2.5.** Por sua vez, no âmbito do Departamento de Obras, a necessidade administrativa decorre da execução contínua dos serviços de limpeza urbana, manutenção de espaços públicos, roçagem, capina, conservação de áreas urbanas e rurais e demais atividades operacionais executadas pelas equipes de campo da SEMINFRA.

**2.2.6.** Dessa forma, verifica-se que as atividades desenvolvidas pela Secretaria demandam atuação simultânea de múltiplas equipes operacionais, circunstância que exige disponibilidade adequada de ferramentas e materiais para atendimento contínuo das frentes de trabalho, evitando paralisações, atrasos e prejuízos à execução dos serviços públicos.

**2.2.7.** Ademais, constatou-se que parte significativa das ferramentas atualmente utilizadas pelas equipes operacionais encontra-se desgastada em razão do uso contínuo, da exposição às intempéries e das condições operacionais inerentes às atividades de campo, situação que reduz a eficiência operacional, compromete a produtividade das equipes e aumenta a necessidade de reposição periódica dos materiais utilizados pela Secretaria.

**2.2.8.** Somado a isso, a ampliação das atividades operacionais desenvolvidas no Viveiro Municipal e a manutenção permanente das ações executadas pelo Departamento de Obras demandam fortalecimento da capacidade operacional da SEMINFRA, mediante disponibilização adequada de ferramentas compatíveis com as necessidades administrativas atualmente existentes.

**2.2.9.** Ressalta-se, ainda, que a ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a continuidade das atividades operacionais, impactando a execução dos serviços públicos, a manutenção adequada dos espaços públicos, o funcionamento das atividades agrícolas desenvolvidas pelo Município e a capacidade de atendimento das demandas da população.

**2.2.10.** Nesse cenário, a presente necessidade administrativa decorre da obrigação da Administração Pública de assegurar condições materiais adequadas para execução contínua, eficiente e segura das atividades institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA, garantindo suporte operacional às equipes responsáveis pela prestação dos serviços públicos municipais.

**2.3 Justificativa da contratação (interesse público)**

**2.3.1.** A presente contratação possui relevante interesse público, considerando que os materiais e ferramentas serão utilizados diretamente na execução das atividades operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA.

**2.3.2.** A contratação mostra-se necessária para garantir continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos executados pelas equipes operacionais da SEMINFRA, evitando paralisações decorrentes da ausência, insuficiência ou desgaste das ferramentas e materiais operacionais utilizados nas atividades de campo.

**2.3.3.** A disponibilização adequada de ferramentas e materiais operacionais contribuirá para melhoria das condições de trabalho dos servidores, proporcionando maior segurança, eficiência operacional e melhor desempenho das atividades executadas em campo.

**2.3.4.** No âmbito do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras, a contratação contribuirá para continuidade das atividades de manutenção, limpeza, conservação, manejo agrícola e demais ações operacionais desenvolvidas pela SEMINFRA.

**2.3.5.** Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e compatível com as necessidades administrativas existentes, atendendo ao interesse público e garantindo suporte adequado às atividades operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA.

**2.3.6.** Dessa forma, a contratação mostra-se **necessária, adequada e proporcional**, atendendo ao interesse público, à finalidade administrativa e às obrigações de boa gestão dos recursos públicos.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

**3.1. Descrição da solução como um todo**



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

A solução proposta consiste na aquisição de ferramentas e materiais operacionais destinados ao atendimento das necessidades do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA, visando assegurar condições adequadas para continuidade das atividades operacionais desenvolvidas pela Administração Municipal.

**3.1.2.** A contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas previamente identificadas pela unidade demandante, abrangendo o fornecimento de ferramentas destinadas às atividades de limpeza urbana, conservação de áreas públicas, manejo agrícola, preparo de solo, irrigação, poda, roçagem, capina, manutenção operacional e demais serviços executados pelas equipes operacionais da Secretaria.

**3.1.3. A solução contempla, de forma integrada:**

- fornecimento de ferramentas novas, sem uso anterior e em perfeitas condições de utilização;
- materiais compatíveis com as atividades desenvolvidas pelo Viveiro Municipal e pelo Departamento de Obras;
- observância de padrões mínimos de qualidade, resistência, durabilidade, segurança e funcionalidade;
- entrega dos materiais devidamente acondicionados e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- fornecimento de itens adequados ao uso contínuo e às condições operacionais das atividades executadas em campo;
- Não será exigida garantia contratual ou assistência técnica para o objeto em questão, em razão de sua natureza, permanecendo aplicáveis, contudo, as disposições previstas no Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto aos prazos de garantia legal.
- substituição, pelo fornecedor, dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou desconformidade com as especificações estabelecidas, sem ônus adicional para a Administração Pública;
- atendimento aos quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que instruem a contratação.

**3.1.4.** A solução proposta visa assegurar não apenas o fornecimento dos materiais, mas também o fortalecimento da capacidade operacional da SEMINFRA, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes, continuidade das frentes de serviço e maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas pela Administração Pública.

**3.2 Solução sob a ótica do ciclo de vida do objeto:**

**3.2.1.** A solução foi estruturada considerando todas as **etapas do ciclo de vida dos bens**, conforme segue:

- **Planejamento e aquisição:** Compreende a identificação da necessidade administrativa, elaboração dos instrumentos de planejamento da contratação, incluindo Documento de Formalização da Demanda – DFD e Estudo Técnico Preliminar – ETP, definição dos quantitativos estimados, levantamento das especificações técnicas e realização do procedimento licitatório, observadas as necessidades operacionais do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras da SEMINFRA.
- **Fabricação, fornecimento e logística:** Refere-se ao fornecimento, transporte, disponibilização e entrega das ferramentas e materiais operacionais pelo fornecedor, observadas as especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade, prazos estabelecidos e demais condições previstas neste Termo de Referência.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

- **Recebimento, incorporação e início de uso:** Inclui o recebimento provisório e definitivo dos materiais, conferência quantitativa e qualitativa, verificação da conformidade com as especificações estabelecidas e posterior disponibilização dos itens para utilização pelas equipes operacionais do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras.
- **Operação e manutenção:** Abrange a utilização das ferramentas e materiais pela Administração Pública, observadas as boas práticas de uso, armazenamento, conservação e substituição dos itens desgastados ou danificados em decorrência do uso contínuo nas atividades operacionais desenvolvidas pela SEMINFRA.
- **Fim da vida útil:** Ao término da vida útil, os materiais considerados inservíveis deverão receber destinação adequada, observando-se os procedimentos administrativos aplicáveis, as normas vigentes relacionadas à gestão patrimonial e as práticas de descarte ambientalmente adequadas, quando cabíveis.

A consideração do ciclo de vida permite à Administração avaliar não apenas o custo inicial de aquisição, mas também aspectos relacionados à **durabilidade, segurança, manutenção, sustentabilidade e descarte**, assegurando maior eficiência no uso dos recursos públicos.

### **3.3 Diretrizes de especificação**

**3.3.1.** As especificações técnicas das ferramentas e materiais operacionais deverão ser definidas neste Termo de Referência de forma:

- **objetiva, clara e impessoal;**
- **compatível com as atividades desenvolvidas pelo Viveiro Municipal e pelo Departamento de Obras;**
- **compatível com normas técnicas aplicáveis, quando existentes;**
- **suficiente para garantir qualidade, resistência, durabilidade, segurança e funcionalidade;**
- **sem direcionamento de marca, admitindo-se a indicação de desempenho mínimo, características funcionais e padrões construtivos necessários ao adequado atendimento da necessidade administrativa.**

**3.3.2.** Os requisitos técnicos estabelecidos visam assegurar desempenho operacional, resistência ao uso contínuo, segurança e compatibilidade com as atividades de limpeza urbana, conservação de áreas públicas, manejo agrícola, preparo de solo, irrigação, poda, roçagem, capina e demais serviços executados pelas equipes operacionais da SEMINFRA, sem restrição indevida à competitividade, admitindo-se materiais equivalentes que atendam integralmente às exigências estabelecidas.

**3.3.3.** As especificações completas, quantitativos, critérios de aceitação e condições de fornecimento constam do **quadro técnico do objeto**, parte integrante deste Termo de Referência.

### **3.4 Avaliação conclusiva da solução**

**3.4.1.** A solução proposta mostra-se adequada, suficiente e proporcional para atendimento da necessidade administrativa identificada, considerando:



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

- a natureza contínua das atividades desenvolvidas pelo Viveiro Municipal e pelo Departamento de Obras;
- a disponibilidade dos materiais e ferramentas no mercado;
- a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da SEMINFRA;
- e a obrigação da Administração Pública de planejar adequadamente suas contratações sob a ótica da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

**3.5.** Diante das análises realizadas, conclui-se que a solução proposta mostra-se adequada, suficiente e compatível com as necessidades operacionais do Viveiro Municipal e do Departamento de Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA, atendendo de forma satisfatória à necessidade administrativa identificada e assegurando suporte adequado à continuidade das atividades operacionais desenvolvidas pela Administração Pública..

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

**4.1. Modalidade, forma e enquadramento legal**

**4.1.1.** A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica (**Pregão Eletrônico**), por se tratar de fornecimento de bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.2. Justificativa da escolha do Pregão Eletrônico**

**4.2.1.** A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório é justificada pela celeridade em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos para a Administração, em razão da probabilidade de os licitantes reduzirem preços durante a disputa licitatória, conforme inciso VIII, art. 18, da Lei nº 14.133/21.

**4.2.2.** O ambiente eletrônico, aliado às fases e instrumentos próprios do pregão, favorece a ampliação do universo de participantes e a competitividade do certame, sem prejuízo da observância das exigências técnicas e de habilitação previstas no edital e neste Termo de Referência.

**4.3. Classificação do objeto como bem comum**

**4.3.1.** O objeto é classificado como bem comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e executada por grande número de empresas e Instituições do mercado.

**4.3.2.** As especificações e requisitos de aceitação serão estabelecidos no edital e nas seções pertinentes deste Termo de Referência, assegurando objetividade, isonomia e plena compreensão pelos licitantes

**4.4. Critério de julgamento e aceitabilidade das propostas**

**4.4.1.** O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**4.4.2.** A Administração desclassificará propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas e condições de fornecimento;
- b) contenham vícios que comprometam o julgamento;
- c) apresentem valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado, conforme critérios e parâmetros previstos no edital

**4.5. Sustentabilidade:**

**4.5.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos definidos no ETP e sempre que possível, atender ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na aquisição de bens e produtos.

**4.5.2.** Eventuais exigências ambientais específicas, quando cabíveis e proporcionais ao objeto, serão definidas no edital, de forma a não restringir indevidamente a competitividade e a assegurar isonomia entre os licitantes.

**4.6. Indicação de Marcas e Modelos**

**4.6.1.** Na proposta, **o licitante deverá indicar a marca, o modelo (quando aplicável)** e/ou a identificação comercial do material ofertado, exclusivamente para fins de verificação de conformidade técnica e rastreabilidade do fornecimento, vedada qualquer exigência que implique direcionamento.

**4.6.2.** Para fins de análise técnica, será solicitado ao licitante mais bem classificado a **apresentação de documentação técnica do produto, tais como fichas técnicas, prospectos, vídeos, catálogos, laudos, certificados, relatórios de caracterização e outros documentos equivalentes**, desde que pertinentes ao objeto e previstos no edital, com o objetivo de comprovar o atendimento às especificações exigidas.

**4.7. Da Exigência de Amostras**

**4.7.1.** Não serão exigidas amostras na presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto e a possibilidade de verificação de conformidade por meio de especificações objetivas, documentação técnica e procedimentos de recebimento e inspeção previstos no edital e neste Termo de Referência.

**4.8. Da Subcontratação**

**4.8.1.** Não será admitida subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens, devendo o licitante vencedor do certame ser o responsável direto pelo atendimento das ordens de fornecimento e pelas obrigações decorrentes.

**4.9. Da exigência de Carta de Solidariedade**

**4.9.1.** Somente em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor exclusivo, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegura a execução do contrato.

**4.10. Garantia da Contratação**

**4.10.1.** Não haverá exigência de garantia da contratação, dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pela baixa complexidade do objeto.





**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**Condições de Entrega:**

**5.1.** O objeto deste certame consiste na entrega imediata do material, na forma integral, que deverá ocorrer no **prazo de até 20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, no endereço abaixo indicado:

Local de Entrega	Endereço	Dias e horários
Almoxarifado Municipal	Rua Martinho Lutero nº 606, Bairro Alvorada - Ouro Preto do Oeste / RO – CEP: 76920-000	Segunda a Sexta-feira das 07h30 às 13h30 (exceto nos feriados)
E-MAIL	<a href="mailto:almoxarifado@ouropretodoeste.ro.gov.br">almoxarifado@ouropretodoeste.ro.gov.br</a>	

**5.2.** Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

**5.3.** Todos os custos decorrentes da entrega do objeto, inclusive transporte, frete, carga, descarga e demais despesas correlatas, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

**5.3.1.** A movimentação dos equipamentos até as dependências do Almoxarifado Municipal será de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora por ela contratada, não cabendo ao Município o fornecimento de mão de obra, equipamentos ou apoio operacional para descarga.

**5.4.** O objeto será recebido provisoriamente para verificação quantitativa e documental, mediante atesto no documento fiscal correspondente.

**5.5.** Não serão aceitos equipamentos com marca ou modelo divergentes daqueles apresentados na proposta vencedora, salvo mediante autorização expressa da Administração, devidamente justificada e desde que mantidas ou superadas as especificações técnicas exigidas.

**5.6.** Após o recebimento provisório, a Administração realizará, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta vencedora e Nota de Empenho.

**5.7.** Verificada qualquer incompatibilidade, defeito ou desconformidade, o equipamento deverá ser substituído pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**5.7.1.** O procedimento de verificação também será aplicado aos equipamentos substituídos, somente ocorrendo o recebimento definitivo após a comprovação do pleno atendimento às exigências contratuais.

**5.8.** O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e perfeito funcionamento dos equipamentos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades identificadas durante o prazo de garantia.

**5.9.** Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, originais, sem uso anterior e em conformidade com todas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

**5.9.1.** Caso sejam identificadas falhas, defeitos, vícios ou características incompatíveis com as exigências estabelecidas, ainda que constatadas apenas durante a utilização dos equipamentos, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a Administração, a substituição ou reparo necessário, inclusive realizando intermediação junto ao fabricante, quando cabível.





**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**5.10. Garantia da Contratação, Manutenção e Assistência Técnica**

**5.10.1.** Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia legal, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da garantia contratual ofertada pelo fabricante ou pela contratada.

**5.10.2.** Os materiais fornecidos deverão apresentar padrões mínimos de qualidade, resistência, durabilidade e funcionalidade compatíveis com as atividades desenvolvidas pelo Viveiro Municipal e pelo Departamento de Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA.

**5.10.2.1.** Caso a garantia fornecida pelo fabricante seja inferior ao prazo estabelecido neste Termo de Referência, a contratada deverá complementar a garantia pelo período remanescente, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

**5.10.3.** A contratada deverá assegurar a qualidade, desempenho e pleno funcionamento das ferramentas fornecidas, responsabilizando-se pela substituição, reparo ou correção de quaisquer defeitos, vícios, falhas ou desconformidades identificadas, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.

**5.10.4.** A CONTRATADA responderá pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Administração.

**5.10.5.** Os equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, funcionamento inadequado ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas deverão ser reparados ou substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal emitida pela CONTRATANTE.

**5.10.6.** A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desconformidade com as especificações exigidas, que apresentarem defeitos, avarias, baixa qualidade, inadequação de uso ou quaisquer condições incompatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1. Instrumento de formalização da contratação**

**6.1.1.** Considerando a natureza do objeto, a contratação poderá ser formalizada por meio de instrumento contratual específico ou por nota de empenho, conforme o caso, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, quando atendidos os requisitos legais para sua substituição.

**6.1.2.** A nota de empenho fará as vezes de instrumento contratual, vinculando-se integralmente às condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo sua execução ser acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1. Critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto**

**7.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo representante do Almoxarifado Municipal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, com a utilização de assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**7.1.2.** Após o recebimento provisório dos materiais, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

**7.1.3.** Os bens poderão ser rejeitados (no todo ou em parte), inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

**7.1.4.** O recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.1.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.1.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

**7.2. Antecipação de Pagamento**

**7.2.1.** Não será admitida a antecipação de pagamento, na presente contratação.

**7.3. Cessão de Crédito**

**7.3.1.** Não se aplica a cessão de crédito na presente contratação.

**8. LIQUIDAÇÃO**

**8.1. Procedimentos de Liquidação da Despesa**

**8.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.1.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2. Verificação para fins de liquidação**

**8.2.1.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar a regularidade formal e material da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, bem como a correspondência entre o fornecimento realizado, o recebimento definitivo e a medição efetuada.

**8.2.2.** A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos essenciais:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.2.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.3. Condições para a liquidação**

**8.3.1.** A liquidação da despesa ficará condicionada à comprovação do recebimento definitivo do objeto, à conformidade da medição realizada e à regularidade da documentação fiscal apresentada.

**8.3.2.** A liquidação observará, ainda, a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, nos termos da legislação vigente, quando exigível.

**8.4. Disposições complementares**

**8.4.1.** A liquidação da despesa será processada após o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação do cumprimento das condições contratuais, da regularidade fiscal da contratada e da apresentação da documentação exigida para pagamento.

**8.4.2.** O procedimento de liquidação não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais vícios, defeitos ou desconformidades identificadas posteriormente, nos termos da legislação aplicável e deste Termo de Referência.

**9. PAGAMENTO**

**9.1. Prazo para Pagamento**

**9.1.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

**9.1.1.** O pagamento somente será realizado após o cumprimento integral das condições de recebimento definitivo, medição e liquidação previstas nas seções anteriores.

**9.2. Atualização monetária por atraso de pagamento**

**9.2.1.** Em caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, entre o termo final do prazo previsto para pagamento e a data de sua efetiva realização.

**9.2.2.** A atualização monetária será calculada mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

**9.2.3.** Não será devida atualização monetária quando o atraso decorrer de fato imputável exclusivamente à Contratada.

**9.3. Forma de pagamento**

**9.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela Contratada, em instituição financeira por ela informada.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**9.3.2.** Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar a emissão da ordem bancária pela Administração.

**9.4. Retenções tributárias**

**9.4.1.** Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual eventualmente indicado na proposta ou na planilha de custos.

**9.4.2.** Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente os tributos que eventualmente incidam sobre o objeto contratado, conforme a legislação aplicável.

**9.4.3.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente essa condição por meio de documentação hábil e atualizada.

**9.5. Condições para liberação do pagamento**

**9.5.1.** O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, a ser verificada, preferencialmente, por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou, na impossibilidade de acesso, por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.2.** A Administração poderá consultar o SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar eventual impedimento de contratar com o Poder Público ou ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da legislação aplicável.

**9.5.3.** Constatada a situação de irregularidade da Contratada, esta será notificada por escrito para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa, admitida uma prorrogação por igual período, a critério da Administração.

**9.6. Suspensão, glosa e sustação de pagamento**

**9.6.1.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou do documento de cobrança equivalente, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada promova as correções necessárias, reiniciando-se o prazo para pagamento após a regularização, sem ônus para a Administração.

**9.6.2.** A Administração poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) existência de débito da Contratada para com a Administração;
- b) fornecimento de material em desacordo com as especificações técnicas aceitas;
- c) Pendência de liquidação de obrigações contratuais ou aplicação de penalidades.

**9.6.3.** Persistindo a irregularidade fiscal ou contratual, a Administração poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, observado o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**9.6.4.** Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até a decisão final sobre eventual rescisão, salvo disposição legal em contrário.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**9.7. Disposições finais sobre pagamento**

**9.7.1.** Não será admitido pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

**9.7.2.** Não caberá atualização financeira ou compensação monetária quando o atraso no pagamento decorrer de culpa exclusiva da Contratada.

**9.7.3.** Eventuais valores devidos à Administração poderão ser compensados com créditos da Contratada, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial, quando cabível.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.1.** Fornecer ou executar o objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, padrões de qualidade, quantidades, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e nos instrumentos contratuais correspondentes.

**10.1.2.** Entregar ou executar o objeto em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e qualidade, responsabilizando-se por eventuais vícios, defeitos, falhas ou desconformidades verificadas.

**10.1.3.** Assumir integral responsabilidade pelos custos, tributos, encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, securitários, transporte, seguros e demais despesas necessárias à execução do objeto, não transferindo à Administração quaisquer ônus decorrentes da contratação.

**10.1.4.** Atender às solicitações da fiscalização contratual e prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto.

**10.2. Comunicação e cumprimento de prazos**

**10.2.1.** Comunicar formalmente à Administração, com antecedência razoável, a ocorrência de fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando justificativa fundamentada, sem prejuízo das responsabilidades cabíveis.

**10.2.2.** A comunicação deverá ser realizada pelos canais oficiais indicados pela Administração, não implicando aceitação automática de eventual pedido de prorrogação de prazo.

**10.3. Qualidade e conformidade**

**10.3.1.** Garantir a qualidade e conformidade técnica do objeto executado ou fornecido, em observância às especificações, normas aplicáveis e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**10.3.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, o objeto que apresente vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidade com as especificações exigidas.

**10.4. Regularidade documental e habilitação**

**10.4.1.** Apresentar, quando exigido para fins de recebimento, liquidação e pagamento, a documentação fiscal, trabalhista e demais documentos necessários à comprovação da regularidade exigida pela legislação vigente.

**10.4.2.** Manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**10.5. Responsabilidade por danos**





**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**10.5.1.** Ressarcir integralmente a Administração e terceiros por danos, prejuízos ou perdas decorrentes de dolo ou culpa relacionados à execução do objeto contratado.

**10.5.2.** A responsabilidade da Contratada subsistirá independentemente da fiscalização ou acompanhamento exercidos pela Administração.

**10.6. Representação e observância normativa**

**10.6.1.** Indicar formalmente representante ou preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, mantendo atualizados os respectivos meios de contato.

**10.6.2.** Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, deste Termo de Referência, do contrato e demais instrumentos vinculados à contratação.

**10.6.3.** Atender prontamente às determinações da Administração relacionadas à execução do objeto, desde que compatíveis com as condições pactuadas e com a legislação aplicável.

**10.2.1.** Encaminhar ao e-mail: [seminfra@ouopretodooeste.ro.gov.br](mailto:seminfra@ouopretodooeste.ro.gov.br) ou [almoxarifado@ouopretodooeste.ro.gov.br](mailto:almoxarifado@ouopretodooeste.ro.gov.br) cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), juntamente com as Certidões de Regularidade Fiscal, Social, Econômica e Trabalhista.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1. Obrigações gerais da Administração**

**11.1.1.** Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência, o edital, e do contrato.

**11.1.2.** Disponibilizar à Contratada todas as informações necessárias e pertinentes à adequada execução do fornecimento, observadas as condições e os limites estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

**11.2. Providências administrativas para a execução do fornecimento**

**11.2.1.** Emitir a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, a crédito do fornecedor, correspondente ao objeto efetivamente solicitado, observada a disponibilidade orçamentária.

**11.2.2.** Encaminhar à Contratada a Nota de Empenho ou ordem de fornecimento, com as informações necessárias à execução do fornecimento.

**11.3. Recebimento, fiscalização e acompanhamento**

**11.3.1.** Conferir os materiais fornecidos e os documentos fiscais apresentados, verificando sua conformidade com a Nota de Empenho, a ordem de fornecimento, as especificações técnicas e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**11.3.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, por meio de servidor(es) ou comissão designada, podendo sustar, recusar ou rejeitar, no todo ou em parte, materiais que não atendam às condições e exigências estabelecidas.

**11.3.3.** Registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução do fornecimento e adotar as providências cabíveis para sua regularização.

**11.4. Comunicação e aplicação de medidas administrativas**

**11.4.1.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados no curso da execução das obrigações assumidas, fixando prazo para saneamento, quando cabível.

**11.4.2.** Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação, no edital e nos instrumentos contratuais, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.





**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**11.5. Pagamento**

**11.5.1.** Efetuar o pagamento das Notas Fiscais devidamente atestadas, no prazo, forma e condições previstos neste Termo de Referência, no edital, e na legislação aplicável, após a regular liquidação da despesa.

**11.6. Limitação de responsabilidade da Administração**

**11.6.1.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do fornecimento, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato, omissão, culpa ou dolo da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

**11.7. Observância da legislação e dos princípios administrativos**

**11.7.1.** A Contratante atuará em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

**12.1. Forma de seleção do fornecedor**

**12.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

**12.1.2.** O certame observará as fases, regras e instrumentos próprios do Pregão Eletrônico, assegurados os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência e eficiência.

**12.2. Critério de julgamento das propostas**

**12.2.1.** O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos definidos no edital, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas, operacionais e formais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

**12.2.2.** No caso de critério de menor preço GLOBAL, considera-se preço global aquele resultante da soma dos valores correspondentes aos itens que compõem o objeto, conforme a estrutura de preços definida no instrumento convocatório.

**12.3. Composição e apresentação da proposta**

**12.3.1.** A proposta deverá conter a descrição clara e precisa dos produtos ofertados, com indicação das marcas/modelos (no caso de material) e demais características técnicas necessárias à verificação de sua conformidade com o objeto licitado.

**12.3.2.** A proposta de preços deverá discriminar, conforme exigido no edital:

- a) os preços unitários, por unidade de fornecimento;
- b) os valores totais, resultantes da multiplicação dos quantitativos estimados pelos respectivos preços unitários;
- c) o valor global da proposta, correspondente à soma dos valores totais dos itens.

**12.3.3.** Os preços apresentados deverão ser compatíveis com as especificações técnicas, com as condições de fornecimento previstas neste Termo de Referência e com os valores praticados no mercado, observada a exequibilidade da proposta.

**12.4. Aceitabilidade das propostas**

**12.4.1.** Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

- a) atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos;
- b) apresentem preços compatíveis com o mercado e com a estimativa elaborada pela Administração;
- c) sejam exequíveis e compatíveis com as condições de fornecimento e execução previstas.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**12.4.2.** A análise de aceitabilidade das propostas observará critérios objetivos, previamente definidos no edital, vedado o julgamento subjetivo ou discricionário.

**12.5. Hipóteses de desclassificação**

**12.5.1.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas, formais ou operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios ou defeitos que dificultem ou impeçam o julgamento objetivo;
- c) não atendam às características mínimas do objeto descritas neste Termo de Referência;
- d) apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado, conforme critérios definidos no edital.

**12.6. Disposições complementares**

**12.6.1.** A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos da legislação aplicável.

**12.6.2.** O julgamento das propostas observará estritamente os critérios definidos no edital e neste Termo de Referência, assegurando igualdade de condições entre os licitantes.

**13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**13.1. Disposições gerais**

**13.1.1.** A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

**13.1.2.** As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

**13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**13.2.1.** Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em site eletrônico oficial;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou

**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

sucursal;

- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) **Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) **Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

**13.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**13.3.1.** Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

**13.3.2.** Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

**13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**13.4.1.** A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

- a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;
  - a.1 Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**a.2** Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

**a.3** A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

**13.4.2.** Considerando tratar-se de contratação destinada ao fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade técnica e operacional, com entrega integral/imediata, inexistência de execução continuada e reduzido nível de risco associado à execução contratual, e nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se desnecessária a exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis para fins de habilitação econômico-financeira, mantendo-se a exigência de certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

**13.4.2.1.** A opção fundamenta-se na observância dos princípios da proporcionalidade, competitividade, eficiência, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa, considerando que as exigências habilitatórias devem guardar compatibilidade com a natureza, complexidade, dimensão econômica e riscos efetivos da contratação.

**13.4.2.2.** A exigência de balanço patrimonial, no caso concreto, não se mostra necessária à adequada avaliação da capacidade do licitante, uma vez que o objeto consiste em fornecimento padronizado de bens comuns, sem mobilização operacional complexa, sem obrigações continuadas e com reduzida exposição da Administração aos riscos de inadimplemento prolongado.

**13.4.2.3.** A manutenção da certidão negativa de falência ou recuperação judicial preserva mecanismo mínimo de verificação da solvência empresarial compatível com o risco existente, representando medida menos restritiva à competitividade e suficiente ao nível de risco identificado.

### **13.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**13.5.1.** A qualificação técnica tem por finalidade comprovar que o licitante possui aptidão para fornecer bens compatíveis com o objeto desta contratação, consistente na aquisição de ferramentas, conforme consta no quadro 1.6 deste termo.

**13.5.2.** Considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, com especificações objetivamente definidas no Termo de Referência, não será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestados de desempenho anterior, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**13.5.3.** Todavia, com o objetivo de possibilitar a adequada análise técnica dos equipamentos ofertados, **o licitante deverá apresentar catálogo, prospecto, ficha técnica, manual, folders, vídeos, fotografias ou outros documentos oficiais do fabricante que contenham informações detalhadas das especificações técnicas dos itens ofertados.**

**13.5.4.** Os documentos apresentados deverão possibilitar a verificação da compatibilidade das ferramentas e materiais operacionais com as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência, permitindo análise técnica pela unidade requisitante ou pela equipe responsável pelo recebimento dos materiais

**13.5.5.** A ausência de informações técnicas suficientes que impossibilitem a identificação das características dos materiais ofertados poderá ensejar a desclassificação da proposta, caso não seja possível comprovar o atendimento integral das especificações exigidas neste Termo de Referência.

## **14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS**

### **14.1. Condições gerais de participação**

**14.1.1** Poderão participar do presente certame todas as empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras que funcionem no País, pertencentes ao ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, que atendam às condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

**14.1.1.** A participação no certame pressupõe o pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**14.1.2.** O descumprimento dos prazos, condições e exigências estabelecidos no edital e em seus anexos poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme a fase do procedimento licitatório.

**14.1.3.** As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica observarão, estritamente, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado na Seção específica deste Termo de Referência.

**14.2. Tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**

**14.2.1.** Será assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e da legislação municipal aplicável.

**14.2.2.** Nos casos cabíveis, será assegurada prioridade de contratação às ME, EPP e/ou MEI localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou em municípios da região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, combinado com o Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025, e com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.3.** A aplicação do tratamento diferenciado observará, em qualquer hipótese, os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, não implicando restrição indevida à participação de licitantes não enquadrados como ME, EPP ou MEI.

**14.3. Vedações à participação**

**14.3.1.** Não poderão participar do presente certame as empresas que se enquadrem em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública, quando a penalidade tiver sido aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b) impedidas de licitar ou contratar, ou atingidas por outra vedação legal constante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou de outros cadastros oficiais aplicáveis;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituídas com o mesmo objeto social e das quais participem sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992, quando configurada a tentativa de burla à sanção;
- e) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- f) que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- g) que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se caracteriza como fornecimento de bens comuns, sem elevada complexidade técnica ou vulto relevante, sendo plenamente exequível por empresas isoladamente, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União;
- h) estrangeiras que não funcionem no País;
- i) que não possuam sede ou operação regular compatível com o objeto da contratação.

**14.4. Vedações relacionadas a conflito de interesses e nepotismo**

**14.4.1.** É vedada a participação, direta ou indireta, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de:





**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação;
- b) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

**14.4.2.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos da Constituição Federal, da Súmula Vinculante nº 13 do STF e da legislação correlata.

**14.4.3.** Nos termos do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução do objeto contratado, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do órgão contratante.

**15. PENALIDADES**

**15.1. Infrações administrativas**

**15.1.1.** O contratado ficará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

**15.2.** Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação aplicável:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total da contratação;
- b) retardar injustificadamente a execução do objeto;
- c) deixar de entregar documentação exigida;
- d) não manter a proposta ou deixar de celebrar o contrato, quando convocado;
- e) apresentar documentação ou declaração falsa;
- f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

**15.3.** Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista no edital ou instrumento contratual;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**15.4.** A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias do caso concreto e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

**15.5.** As penalidades aplicadas poderão ser registradas nos cadastros e sistemas oficiais competentes, na forma da legislação vigente.

**15.6.** A aplicação das sanções previstas nesta seção não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

**16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**16.1. Valor estimado da contratação**

**16.1.1.** O valor total estimado da contratação é de **R\$ 194.683,57 (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos)**, correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens que compõem o objeto, conforme tabela de estimativa constante neste Termo de Referência.

**16.1.2.** O valor estimado possui caráter referencial e destina-se ao planejamento da contratação, à definição da disponibilidade orçamentária e à análise da vantajosidade das propostas apresentadas.

**16.2. Metodologia de formação da estimativa**





**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**16.2.1.** A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada pelo setor competente, observados os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação pública.

**16.2.2.** Para formação da estimativa poderão ser utilizados, isolada ou conjuntamente, conforme aplicabilidade ao objeto:

- a) preços constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- c) dados constantes em sítios eletrônicos especializados, mídias especializadas ou tabelas de referência oficialmente reconhecidas;
- d) pesquisa direta com fornecedores;
- e) outros meios idôneos admitidos pela legislação aplicável.

**16.2.3.** Os documentos, memórias de cálculo, mapas comparativos e demais elementos utilizados na formação da estimativa integrarão os autos do processo administrativo.

**16.2.4.** A metodologia adotada buscará mitigar distorções de preços e identificar valores compatíveis com os praticados no mercado, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento vigente da Secretaria demandante, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2.** A contratação observará a seguinte classificação orçamentária:

<b>ÓRGÃO</b>	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura -SEMINFRA
<b>PROGRAMA</b>	15.452.0021.2069.0000
<b>ELEM. DE DESPESAS</b>	3.3.90.30.00 - Despesas Correntes
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
<b>FICHA Nº</b>	381

<b>ÓRGÃO</b>	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura -SEMINFRA
<b>PROGRAMA</b>	15.452.0021.2069.0000
<b>ELEM. DE DESPESAS</b>	4.4.90.52.00 – Despesas de Capital
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos
<b>FICHA Nº</b>	386

**17.3.** A execução da despesa ficará condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e à disponibilidade financeira, observadas as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

**18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**18.1.** É admissível a fusão, cisão, incorporação ou transformação societária da Contratada, desde que:

- a) sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- b) não haja prejuízo à execução do objeto contratado;
- c) sejam preservadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato; e
- d) a alteração seja formalmente comunicada e submetida à análise e aprovação da Administração, nos termos da legislação aplicável.

**18.2.** A Administração poderá exigir documentação complementar necessária à verificação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da nova pessoa jurídica resultante da alteração societária.

**19. INFORMAÇÕES GERAIS**



**TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1436/SEMINFRA/2026**

**19.1. Base legal**

**19.1.1.** O presente Termo de Referência rege-se, principalmente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, bem como pelas demais normas regulamentares federais e municipais aplicáveis à matéria.

**19.2. Casos omissos**

**19.2.1.** Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios que regem a Administração Pública e das normas aplicáveis às contratações públicas, sem prejuízo das disposições constantes do edital e do contrato administrativo.

**19.3. Aceitação das condições**

**19.3.1.** A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, não podendo ser alegado desconhecimento como fundamento para descumprimento das obrigações assumidas.

**19.4. Adjudicação**

**19.4.1.** A adjudicação do objeto poderá ocorrer em favor de um ou mais fornecedores, conforme a divisão dos itens do certame, desde que as propostas apresentadas estejam em conformidade com as especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, observando-se o critério de julgamento definido no procedimento licitatório.

**19.5. Condutas vedadas e responsabilidades**

**19.5.1.** A recusa injustificada, tácita ou expressa, da licitante vencedora em assinar o contrato, retirar instrumento equivalente ou cumprir as obrigações assumidas sujeitará a infratora às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

**19.6. Informações e esclarecimentos**

**19.6.1.** Informações adicionais e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência poderão ser obtidos no horário de expediente administrativo ou por meio dos canais oficiais de comunicação disponibilizados pela Administração Municipal, através do e-mail: [seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br](mailto:seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br)

**20. DO FORO**

**20.1. Solução administrativa prévia**

**20.1.1.** As questões eventualmente omissas ou as controvérsias surgidas na aplicação deste Termo de Referência, do edital e do contrato administrativo deverão ser, preferencialmente, solucionadas na esfera administrativa, à luz da legislação vigente e das normas aplicáveis às contratações públicas.

**20.2. Foro competente**

**20.2.1.** Não sendo possível a solução administrativa das controvérsias, fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer questões oriundas do procedimento licitatório e das contratações dele decorrentes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**20.3. Encerramento e aprovação**

**20.3.1.** À vista das informações constantes nos autos do processo administrativo correspondente e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência é aprovado pelo gestor da pasta, autorizando-se a adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

Ouro Preto do Oeste/RO, 29 de maio de 2026

**MANOEL HENRIQUE SANTOS DE SOUZA**  
ASSESSOR ESPECIAL DA SEMINFRA



# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA</b>	<b>TR - 1436_2026</b>	<b>29/05/2026</b>

ID: <b>1610265</b>	Processo	Documento
CRC: <b>98CE9C90</b>		
Processo: <b>1-1436/2026</b>		
Usuário: <b>Rondnele Souza da Silva</b>		
Criação: <b>29/05/2026 12:00:23</b>	Finalização: <b>29/05/2026 12:00:23</b>	

MD5: <b>74F989FA36D4ACAD140C9FEDF9EB7AF5</b>
SHA256: <b>76F797D3A517BC23D63C4DA40FE079E66AA14B23590E4344927BACED1FC7950E</b>

Súmula/Objeto:

**Proc. adm. 1436/2026 - SEMINFRA**

### INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	29/05/2026 12:00:23
----------	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS (URBANAS E RURAIS).	29/05/2026 12:00:23
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 40	03/06/2026	1615189
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	29/05/2026 16:37:54
--	---------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1610265 e o CRC 98CE9C90.



**ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, nem aplicação de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta permitido para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da contratação, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)**

violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

**NOTA EXPLICATIVA**

*Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*

*Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

*Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.*





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO</b>	<b>ANEXO II -MODELO DEC. UNIFICADA</b>	<b>29/05/2026</b>

ID:	<b>1610266</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>A40A7708</b>		
Processo:	<b>1-1436/2026</b>		
Usuário:	<b>Rondnele Souza da Silva</b>		
Criação:	<b>29/05/2026 12:00:23</b>	Finalização:	<b>29/05/2026 12:00:23</b>

MD5: **E58C4A9B4B3DBA27361F7D34CD876724**

SHA256: **B6478FEFAC2CD31CFAB4B439BA8A26AF1CA1116C0E2EF44930FC66F21A488328**

Súmula/Objeto:

**Proc. adm. 1436/2026 - SEMINFRA**

### INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	29/05/2026 12:00:23
----------	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS (URBANAS E RURAIS).	29/05/2026 12:00:23
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 40	03/06/2026	1615189
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	01/06/2026 08:47:59
--	---------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1610266 e o CRC A40A7708.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**NOME DA EMPRESA**

**CNPJ**

**CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

1. Declaramos que esta proposta foi elaborada em conformidade com o edital, o Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório, dos quais temos pleno conhecimento e aceitação.
2. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros e quaisquer outras despesas incidentes.
3. Comprometemo-nos a cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
4. Declaramos que os **preços ofertados são exequíveis e compatíveis com os custos de mercado**, assumindo total responsabilidade por sua execução.
5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**DADOS DA EMPRESA:**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**DADOS BANCÁRIOS:**

**Banco:**

**Agência:**

**Conta:**

**Chave PIX:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**Nome:**

**CPF:**

**Cargo:**

**LOCAL E DATA**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA</b>	<b>ANEXO III - MODELO PROPOSTA</b>	<b>29/05/2026</b>

ID:	<b>1610267</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>27946720</b>		
Processo:	<b>1-1436/2026</b>		
Usuário:	<b>Rondnele Souza da Silva</b>		
Criação:	<b>29/05/2026 12:00:24</b>	Finalização:	<b>29/05/2026 12:00:24</b>

MD5: **76910C480E64D7E2C0C70154FC1F5524**

SHA256: **06C702258158E24865A3278B6846F5A3B5E97772E790453556829CE5BCAFC146**

Súmula/Objeto:

**Proc. adm. 1436/2026 - SEMINFRA**

### INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	29/05/2026 12:00:24
----------	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS (URBANAS E RURAIS).	29/05/2026 12:00:24
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 40	03/06/2026	1615189
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	01/06/2026 08:48:19
--	---------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1610267 e o CRC 27946720.